



# NÃO PINTCHA

\* CRIAÇÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO \*

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFOS: 3713/3726/3728

B I S S A U

## Encontro na ilha do Sal

# EANES CONVIDA ARISTIDES PEREIRA A VISITAR OFICIALMENTE PORTUGAL

O Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, e o Presidente da República irmã de Cabo Verde, camarada Aristides Pereira, encontraram-se no domingo passado na ilha do Sal e conferenciaram a sós cerca de duas horas. O general Ramalho Eanes, como tínhamos já anunciado, fez uma escala no Aeroporto Amílcar Cabral durante a sua viagem entre Lisboa e o Rio de Janeiro.

Entretanto, apesar de não ter sido divulgado qualquer comunicado oficial, segundo o jornal português «Diário Popular», confirma-se que o Presidente Eanes, convidou o Presidente Aristides Pereira a visitar oficialmente Portugal. O convite, que foi aceite, será agora tratado por via diplomática no que respeita à fixação de datas.

No final do encontro, o presidente caboverdeano, falando à imprensa, con-

gratulou-se com a «extrema gentileza» do general Eanes ao fazer escala em Cabo Verde «demonstrando assim a excelência das relações entre os dois países».

O camarada Aristides Pereira, como dizia ainda aquele vespertino português, frisou também ser esta a primeira vez que o Presidente da República Portuguesa pisa o solo de Cabo Verde como nação independente e mostrou-se «honrado por Cabo Verde ser o primeiro país das antigas colónias a receber, embora não em visita oficial, o Presidente de Portugal».

Ainda durante as suas declarações, o camarada Aristides Pereira manifestou o reconhecimento do seu país pela «maneira como são tratados os caboverdianos que trabalham em Portugal» e salientou «as relações de fraternidade e de amizade que Cabo Verde sempre

preconizou para os dois povos».

Ramalho Eanes, por seu turno, segundo noticiou o «Diário de Lisboa», diria que «as nossas relações se vão intensificar, após este contacto, dado que são relações entre dois povos historicamente adultos que conseguem olhar para o passado e ver nele aquilo que tem de comum e essencial para o futuro, esquecendo os incidentes que afastaram povos, esquecendo as guerras que dividiam os povos».

### CABO VERDE RECONHECE A SOBERANIA PORTUGUESA NOS AÇORES E NA MADEIRA

Por outro lado, o ministro caboverdeano dos Negócios Estrangeiros, camarada Abílio Duarte, reafirmou ao seu homólogo português, Victor

Sá Machado, que o Governo de Cabo Verde reconhece a soberania portuguesa sobre as ilhas dos Açores e da Madeira.

Sá Machado, que considerou as conversações com o seu colega «muito frutuosas», disse que foram abordados problemas relacionados com a cooperação bilateral, nomeadamente o seu reforço no campo da Educação e da Saúde e a possibilidade de exploração de novos domínios, designadamente a construção naval e a engenharia portuária.

O Ministro português das Finanças e do Plano, Victor Constâncio, e o Ministro caboverdeano da Cooperação Económica, camarada Osvaldo Lopes da Silva, analisaram ainda a participação portuguesa na construção de um estaleiro naval no porto grande de S. Vicente, cujo projecto já tinha sido elaborado pela Lisnave.

## Há 15 anos foi criada a OUA

25 de Maio uma data histórica para a África! Há precisamente 15 anos, em Adis-Abeba, era fundada a Organização da Unidade Africana (OUA). Segundo afirmava o camarada Presidente Luiz Cabral, definindo a nossa política na OUA: «Defendemos ali alguns princípios sagrados do Partido — o princípio de que cada povo tem o direito de decidir da sua vida, o direito de qualquer povo africano de decidir do seu próprio destino».

Após a sua fundação, a Organização da Unidade Africana foi-se tornando cada vez mais, uma importante força política, graças a qual a luta pela libertação nacional se transformou na causa comum de todos os africanos. Por isso, no dia 25 de Maio, declarando a determinação de consolidar as tradições da

(Continua na página 8)

Uma grande carta, a Carta da OUA camaradas. Grande sonho talvez, mas grande esperança para os povos de África. Quando acabou a Conferência, um jornalista perguntou-nos a nossa opinião sobre a OUA, e nós dissemos-lhe que estávamos muito contentes — isso está nos jornais — com o que se passou em Addis Abeba. Dissemos que a Carta da OUA é um documento histórico que fica eternamente como uma coisa que procurou servir a África da melhor maneira, mas que é uma faca de dois gumes, que pode ser usada dos dois lados. Depende de quem vai cortar. É bom, se quem vai cortar quer fazer o bem da África, é mau se quem vai cortar quer fazer o mal da África. Temos esperança, desejamos, que de facto nunca cheguemos àquele ponto em que de facto quem vai cortar com a faca grande da OUA, sejam só aqueles que querem trair a África, camaradas.

(Amílcar Cabral no seminário de quadros — 19 a 24 de Novembro de 1969)

## Terminou a Cimeira Franco-Africana

### Segurança em África principal ponto discutido

#### ★ Vasco Cabral encontra-se com Oliver Stirn

VERSAILLES — A quinta cimeira franco-africana terminou na terça-feira em Versaillles. Tinha sido inaugurada na manhã de segunda-feira, no Palácio do Eliseu, com a presença de chefes de Estado, de Governo e de delegações de 22 países, entre os quais a França.

A última sessão de trabalho foi mais longa do que o previsto. À margem dos trabalhos, vários chefes de Estado escutaram uma exposição do presidente Mobutu sobre a situação no Zaire. Anteriormente, num pe-

queno almoço, o presidente Omar Bongo, do Gabão, e presidente em exercício da O.U.A., usou da palavra para preconizar, nomeadamente, a criação de uma organização de segurança colectiva em África.

Este mesmo problema, tinha sido abordado no decurso da audiência que o presidente francês Valéry Giscard d'Estaing concedera na terça de manhã aos presidentes do Mali, Moussa Traoré, do Tchad, Felix Malloum e das Seychelles, France Albert René.

Enquanto o presidente maliano estima, em substância, dirigindo-se aos jornalistas, que um país preocupado só com o seu desenvolvimento não pode fazer face a uma

(Continua na página 8)

## Policlínica da UNTG

### Lançamento da primeira pedra

N u m a simples e breve cerimónia realizada no princípio da tarde de terça-feira, no terreno situado ao lado da estrada de Sacor, o camarada José Pereira, membro do CSL do Partido e Secretário-Geral da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné lançou a primeira pedra simbólica, no

local onde se irão erguer as futuras instalações de uma policlínica

À cerimónia encontravam-se presentes além do camarada José Pereira, os camaradas Juvêncio Gomes, membro do CSL do Partido e Presidente do Comité de Estado da Cidade de Bissau e António Pires, da Em-

presa de Construção Unidade e Progresso (CUP), à qual foi atribuída a execução das obras.

Esta policlínica da UNTG será constituída por uma sala de cirurgia, uma de clínica geral, uma de ginecologia, uma de obstetria e uma farmácia, devidamente equipados com material altamente moderno e sofisticado. Está prevista a vinda de um médico jugoslavo que irá trabalhar neste futuro centro policlínico, durante um período ainda indeterminado.

Entretanto, segundo declarações prestadas pelos responsá-

(Continuação na pág. 8)

#### ★ Recolher obrigatório no Perú

(ler pág. 7)

#### ★ Francisco Mendes no encerramento da ANP

(ler nas centrais a 1.ª parte)



## Dia Mundial da Criança

No próximo dia 1 de Junho festeja-se, em toda a parte o Dia Mundial da Criança.

É costume organizarem-se sessões culturais destinadas às crianças de todas as origens, nas quais estas mostram as suas capacidades, conseguindo proporcionar um momento de diversão e boa disposição aos que vêm e apreciam as suas habilidades.

Assisti em Bissau, no dia 1 de Junho do ano passado, ao espectáculo proporcionado pelas crianças, que da Praça dos Heróis Nacionais, dançaram alegremente ao som de batuque ritmado de dois miudinho. As palmas alegravam e entusiasmavam cada vez mais, contribuindo para que as pessoas que por ali passavam se aproximassem. O chão do recinto estava cheio de desenhos vários. Retratavam o grande líder Amílcar Cabral, Titina Silá. Outros simbolizavam os guerrilheiros na luta armada de Libertação. Tudo isto era na realidade emocionante. As crianças sabiam que esse era o seu dia, por isso faziam tudo para mostrar a sua alegria e fazer alegrar os outros.

Sendo este um dia grande para todos nós, porque, como dizia Amílcar Cabral: «As crianças são as flores da nossa luta», e levando em conta que as crianças de «hoje são «amanhã», o futuro do nosso povo, devíamos dispensar-lhes mais atenção. Em minha opinião, não se tem dispensado a atenção suficiente e merecida ao 1 de Junho.

Desde já, devia tentar-se angariar fundos para que as crianças mais necessitadas sentissem nesse dia um pouco mais de conforto e alegria.

Assim, em cada escola, fazia-se uma distribuição de prendas todas as crianças. As pessoas que têm roupas que já não servem aos filhos, podiam dispensá-las para as crianças mais necessitadas que se encontram nos internatos.

Espero que levem em conta a minha ideia e que se comece desde já a fazer propaganda e até filmes sobre este assunto.

## Tabelado o preço da carne de porco

O preço de venda ao público de carnes verdes de gado suíno é de 80 pesos, segundo um comunicado do Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato, que pretende pôr termo a abusos ultimamente cometidos no preço de venda deste produto.

Para tal, o Departamento de Controle Económico deste Comissariado apela a todos os abatedores de porcos para que cumpram o despacho do Comissariado do Comércio e Artesanato referente ao preço a praticar na comercialização de carnes verdes. Segundo o mesmo comunicado, os abatedores devem possuir licenças para esse efeito, que podem ser adquiridas no Comité de Estado da Cidade de Bissau. A partir desta data, os vendedores que não regularizarem a

sua situação serão punidos em conformidade com a lei.

### LEGALIZAÇÃO DE ARMAZÉNS

Entretanto, num outro comunicado, o Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato determina que, no prazo de oito dias, será considerado clandestino qualquer armazém de mercadorias que for encontrado em actividade, pertencente, a proprietário que não o tenha declarado. Este departamento tomou esta medida porque terminou o prazo de entrega obrigatória de declaração de localização de lugares destinados ao armazenamento de mercadorias e verificou-se que poucos proprietários cumpriram esse despacho.

Por outro lado, os que forem apanhados serão punidos em conformidade com a lei.

## Suspensa a venda de frangos

Em virtude de se ter verificado um atraso de crescimento dos frangos que se destinam a consumo, devido a cortes de energia eléctrica e avarias na fábrica de rações, a Empresa Nacional Avícola comunica ao público que as vendas estão suspensas até próximo aviso.

## Passagens de classe

As passagens de classes e os exames da quarta-classe do ano em curso realizar-se-ão, em todo o país, nos próximos meses de Junho, respectivamente.

As passagens da 1.ª para a 2.ª classe terão lugar nos dias 19 e 20 de Junho. As da 2.ª para a 3.ª classe, nos dias 21 e 22, e as da terceira para a quarta, nos dias 23 e 24.

O exame da quarta classe terá início no dia 3 de Junho.

## Bubaque

### Actividades económica

Sob a presidência do camarada Albino Mendes Pereira, responsável regional do inventário económico e planificação, teve lugar em Bubaque uma reunião onde foram abordados problemas relacionados com as actividades comerciais e com as estatísticas do recenseamento da população daquela área.

Na reunião, tomaram parte o camarada Agostinho Roberto Pereira, presidente do Comité de Estado do Sector de Bubaque, Brandão Amélia da Costa, responsável económico do sector de Caravela e Emílio Augusto Lopes, Fiscal das actividades económicas.

Entretanto, no prosseguimento dos seus trabalhos, aqueles responsáveis visitaram todas as casas comerciais, onde fizeram a fiscalização dos preços afixados. (ANG)

## A partir de 1 de Junho Controle de garrafas de gás

A partir do dia 1 de Junho, processar-se-á o controle de todas as garrafas de gás vazias, segundo uma nota da empresa Guiné-Gaz.

Para o efeito, não se efectuará a venda do gás, sem que o interessado apresente o respectivo contrato. Será feita, também a partir do dia 1 de Junho, a substituição de todos os contratos celebrados com a firma Costa Campos.

Só cada consumidor poderá possuir as garrafas constantes do contrato. Todas as que forem para além do que conste no contrato serão recolhidas pela empresa.

Para manter em bom estado de conservação as garrafas distribuídas aos consumidores e que representam um grande dispêndio de divisas para o país, torna-se do conhecimento público que é expressa-

mente proibido rodar as garrafas no chão. Também não se deve abri-las com martelo ou outro material semelhante.

Sendo as tampas das garrafas para a protecção das torneiras, torna-se obrigatório a devolução das mesmas com as respectivas tampas. Ainda se há conhecimento de que não se podem levantar botijas de gás sem que se apresente outra vazia.

## Responde o povo

### O que pensa das cerimónias do fanado no nosso país?

Em qualquer parte do mundo, as tradições prevalecem na cultura de um povo e transmitem-se de geração, em geração, conforme passa o tempo. Tal é o caso do «fanado», cerimónia tradicional popular de circuncisão, que é realizado em todas as regiões do país, todos os anos. O fanado em si tem grande valor, não só pelo seu carácter higiénico-sanitário, para a vida sexual das pessoas, pois é extensivo ao sexo masculino e feminino, como também pelo seu cunho educacional das pessoas, quando estas atingem uma certa idade. Mas o fanado, que desde sempre tem entrado em contradição com diversos aspectos sociais da nossa vida — uma manifestação de resistência cultural ao colonialismo — agora, com o nosso país independente, ele constitui ainda contradição, sobretudo no que toca a vida estudantil dos jovens. É este o tema do inquérito de hoje, a que responderam duas pessoas:

#### O FANADO DEVE SER PROGRAMADO NOVAMENTE

**Infali Sanha — camponês e criador de gado, 46 anos de idade** — «O fanado deve ser programado novamente na nossa terra, porque os nossos filhos nunca vão poder estudar em condições. Durante o período das aulas é que se lembram de organizar o fanado. Depois, os meninos são mobilizados, e abandonam a escola para se meterem no fanado, às vezes quando faltam pouco tempo para acabarem as aulas, ficando assim, sem fazer os exames.

O nosso Estado, sobretudo o Comissariado de Edu-

cação, deve encerrar a sério este problema, porque os pais não podem estar a gastar dinheiro com os livros e outras coisas para os filhos poderem ir às aulas, para depois estes abandonarem tudo, indo meter-se no fanado. Dois filhos meus já me pregaram esta partida: depois dos gastos que fiz com eles nos materiais de escola, ainda tive que gastar todo o resto das minhas economias nas despesas do fanado».

#### AS PESSOAS QUE VAO LA NAO RESPEITAM DEPOIS OS FAMILIARES

**Rui Manuel Soares, trabalhador da Função Pública,**

31 anos de idade — «Eu não concordo com diversas coisas que se praticam durante o fanado. Além disso, traz muitos prejuízos para os jovens, sobretudo no que diz respeito às aulas que eles abandonam. Há outros que saem do fanado e, a partir daí passam a não ter qualquer respeito para com ninguém, mesmo para com os familiares. Julgam-se superiores a toda a gente. Isso devido à educação que recebem na «barraca do fanado». Além disso, o fanado demora muito tempo a acabar — dois a três meses, às

vezes — sem falar dos gastos que as famílias fazem, por exigência dos organizadores.

Também quero falar aqui das privações que sofrem as pessoas que vão ao fanado, durante o tempo que lá estão. As pessoas recebem maus tratos, ficam sem comer, além de outros castigos. Estou a dizer isso porque sei, pois já fui ao fanado. Geralmente, na barraca do fanado, as pessoas não aprendem nada que os vá ajudar na sua vida futura. Só aprendem disparates. É preciso tornar o fanado mais produtivo».



Secretário de Estado de Finanças

# "A actividades seguradoras devem ser exclusivo do Estado"

«Os seguros, pelo seu carácter eminentemente social, devem ser desenvolvidos apenas pelo Estado», afirmou o secretário de Estado das Finanças de Cabo Verde, em entrevista concedida ao Voz di Povo sobre as actividades seguradoras e de previdência social no país. Referindo-se a este assunto, aquele membro do Governo caboverdeano informou que as empresas estrangeiras ou privadas que exercem essa actividade visam apenas um fim lucrativo e que, em Cabo Verde, essa actividade deve visar antes de tudo satisfazer as necessidades da população no domínio da segurança social. Por isso, foi criado o Instituto de Seguro e Previdência Social, cujos estatutos já foram aprovados pelo Governo, estando previsto para breve o início das suas actividades.

Na entrevista que transcrevemos para os nossos leitores o secretário de Estado das Finanças referir-se-ia ainda à apresentação, ao Conselho de Ministros, do projecto de decreto-lei sobre acidentes de trabalho, que visa proteger os trabalhadores e suas famílias em caso de acidente de trabalho ou de morte. Por outro lado, tratou de problemas ligados à falta de quadros e à ajuda prestada neste sentido por técnicos portugueses e ainda à separação ou não da gestão da Previdência, assegurada transitivamente pelo Instituto.

P — O âmbito da sua acção é muito desenvolvido, e por isso impõe-se-nos, definir a orientação nesse campo de actividade. Para países subdesenvolvidos como o nosso, a actividade seguradora assume uma importância extraordinária. Tem implicações várias, tanto a nível da balança de invisíveis, e tem também um carácter eminentemente social, donde surge a pergunta: qual a orientação a dar? Permitir que essa actividade seja desenvolvida por empresas nacionais privadas, ou pelo Estado...?

R — A opção já adoptada pelo Governo é a estatização da actividade seguradora. Quer dizer que apenas o Estado poderá desenvolver a actividade dos seguros em Cabo Verde e através de um organismo próprio, que é o Instituto de Seguro e Previdência Social da República de Cabo Verde. Pensamos efectivamente que pelo seu carácter eminentemente social, os seguros devem ser desenvolvidos apenas pelo Estado. Com efeito, as empresas estrangeiras ou privadas que exercem habitualmente essa actividade exercem-na com um fim lu-

crativo. A finalidade última dessa actividade é o lucro. E a satisfação das necessidades da população nesse domínio é um meio para atingir esse fim último. A nossa filosofia deve ser diferente. Pensamos que a actividade seguradora em Cabo Verde deve visar antes de tudo satisfazer as necessidades da população no domínio da segurança e, por conseguinte, essa actividade deve estar sujeita a certas normas de funcionamento. Não pode, portanto, estar sujeita a interesses de carácter privado. Por isso optamos pela estatização da actividade seguradora e pela criação do órgão que irá exercer essa actividade, que é o Instituto de Seguro e Previdência Social, cujos estatutos já foram aprovados pelo Governo, e irá exercer em exclusivo essa actividade no território da República de Cabo Verde.

P — Como caracteriza a segurança social dos trabalhadores caboverdianos?

R — O esquema actual da Segurança e Previdência Social abrange um número muito restrito de pessoas no conjunto da população caboverdiana. Esse proble-

## VOZ DI POVO/NÓ PINTCHA

ma, além de ser bastante delicado e complexo exige um estudo bastante aprofundado. Por isso pensamos iniciar muito brevemente a análise do problema em profundidade. Desde já se pode adiantar que a ideia de base será a de alargar o esquema de Previdência a um número maior de pessoas, à medida das nossas possibilidades. Porque a Previdência e a Segurança Social não podem ser vistas desligadas da economia do País.

Tem custos financeiros bastante elevados, sendo na maioria dos países um domínio, deficitário, que exige muito cuidado e ponderação. A medida que a economia do país se for desenvolvendo poderemos alargar o esquema e avançar melhores condições.

Para já o que podemos adiantar é que está em estudo, e irá ser brevemente apresentado ao Conselho de Ministros o projecto de Decreto-Lei sobre acidentes de trabalho, que faz parte do esquema de Previdência Social. Esse Decreto-Lei é bastante importante na medida em que vem instituir um direito que vai ser posto na prática. Até o momento os trabalhadores estão de certa forma desprotegidos neste aspecto, encontrando em situações difíceis quando têm um acidente que os inutiliza por toda a vida ou por um período de tempo indeterminado.

Esta Lei pretende garantir que pelo facto de um trabalhador ter um acidente de trabalho não ficará desamparado isto é, pelo contrário, assisti-lo de modo a não só garantir que durante o período de invalidez mesmo que seja restri-

to, tenha um meio de vida, como também em caso de acidente mais graves, consiga reabilitar-se e garantir uma assistência aos familiares em caso de morte do trabalhador que sustenta a família.

### P — A quem cabe a tarefa de gestão e controlo da Previdência

De momento, pensamos que a Previdência virá a ser gerida pelo Instituto. O seguro tem um carácter social. Por um lado pretende dar uma cobertura à população. Por outro lado é um domínio que exige técnicos com uma certa preparação, técnicos esses que nos faltam. Assim o governo optou já pela centralização no Instituto de Seguros da gestão da Previdência Social. Isso não só para aproveitar os técnicos que nós temos neste momento, técnicos portugueses que nos estão a dar colaboração no domínio dos seguros como também para assegurar uma centralização que de momento, nos parece indispensável. É claro que essa solução, em princípio, é transitória. O futuro dirá se deve continuar com o mesmo sistema ou se a Previdência terá o seu órgão próprio, separado do seguro e que não se identificará com este. A gestão da Previdência vai ser de momento, e transitivamente, assegurada pelo Instituto, contabilizando-se no entanto tudo que se relacione com a Previdência Social, à parte. Portanto, há o Instituto de Seguro e Previdência Social mas o domínio da Previdência Social será bem distinto dentro do Instituto.



AMILCAR CABRAL

## A cultura nacional

Com esse serviço vocês procuram garantir o lar, o pão, a saúde, a educação e o bem estar das vossas famílias coisas de que como vocês sabem, os nossos povos não podem dispôr, por causa da odiosa dominação colonial portuguesa. Diante do desenvolvimento da nossa luta de libertação que vai liquidar o colonialismo português, é natural que muitos de vocês estejam indecisos e apreensivos. Nos seus espíritos devem existir dúvidas como estas: «o que vai ser de nós?»

As respostas a estas dúvidas e a todas a outras que naturalmente vos atormentar, só depende de uma coisa: a atitude que vocês adoptaram diante da nossa luta de libertação. Cada um de vocês tem de ter a coragem de tomar sobre os ombros a responsabilidade de ser um africano nesta hora decisiva da história dos nossos povos. Muitos, conscientes desta necessidade, colocaram-se corajosamente ao lado dos nossos povos e são nossos companheiros de luta.

Vocês são nossos irmãos. Seja qual for o vosso emprego — Ensino, Saúde, Alfândega, Fazenda, Correios, Serviços Técnicos, Administração Civil, Banco ou Comércio — há uma coisa a que não podem fugir: vocês são africanos, filhos das nossas terras e dos nossos povos. Por causa disso, muitos de vocês, embora mais capazes que os vossos colegas portugueses, nunca conseguiram passar da cepa-torta dos lugares subalternos, foram preteridos ou prejudicados nos concursos, em benefício dos portugueses, sofreram e sofrem cada dia mais violentamente a hipócrita discriminação racial praticada pelos colonialistas portugueses. Mesmo aos poucos que, à custa do valor pessoal e de muita luta conseguiram «fazer carreira» — mesmo esses não podem nem devem esquecer as injustiças que sofreram como reflexo das injustiças que pesam há séculos sobre os nossos povos.

### IRMÃOS!

O vosso destino deve ser o destino dos nossos povos. O facto de estarem, como funcionários públicos ou empregados de comércio, a servir o colonialismo português, não vos tira a qualidade de africanos e de patriotas. Mas nesta hora decisiva o que conta, o que determina a vossa condição de africanos e patriotas, é a atitude que forem capazes de tomar, é aquilo que vocês forem capazes de fazer a favor da nossa luta de libertação.

## Desporto no país

### "1.º passo do atletismo"

Por iniciativa da Comissão Regional de Educação Física e Desporto, foi levado a cabo na Praia, no 1.º de Maio, um ensaio no campo do atletismo, com a realização do «Primeiro Passo do Atletismo», uma prova de cortamato, de carácter popular. As inscrições, foram abertas a todos aqueles que quiseram tomar parte pela primeira vez neste tipo de desporto. A prova foi individual disputada nas categorias de juvenis, juniores e seniores. As distâncias foram fixadas de

acordo com as categorias.

O atletismo, sendo uma das modalidades desportivas de maior interesse, não conseguiu, até agora, vincar no nosso meio, onde o grande público quase só conhece o futebol, não por sua culpa mas, porque é o único desporto que possui um mínimo de estrutura que lhe permite apresentar-se a si próprio.

A par do atletismo poderão ser referidas outras modalidades, como o andebol, futebol de salão, basquetebol, «box», luta, nata-

ção, etc. todas elas de inegável valia atlética e beleza plástica, arredias do nosso panorama desportivo.

A Comissão Regional de Educação Física e Desportos, cuja existência só se pode justificar como catalizadora das actividades gimnodesportivas na sua expressão mais lata, de modo a interessar vivamente a nossa juventude, viva ela onde viver, pretende mobilizar todos os recursos disponíveis, num vasto programa de lançamento de

todas as modalidades desportivas cuja prática esteja ao alcance dessa juventude, que se sabe bem dotada para confrontos atléticos.

Naturalmente que o exercício dessas modalidades depende da existência de infraestruturas que o permitam. Sucede, no entanto, que já existe na Praia um recinto polivalente, a que nunca foi dado o devido valor, com um aproveitamento de acordo com a finalidade que ditou a sua construção.



# A BALANÇA COMERCIAL DA GUINE-BISSAU

## ● Estatísticas do Comércio externo

No decorrer do ano de 1977, por duas vezes, o Nô Pintcha teve oportunidade de publicar algumas análises sobre o Comércio Externo da Guiné-Bissau. Entretanto, é óbvio que o assunto não se encontra esgotado, primeiro porque, naquela ocasião, o ano não estava completo, e, em segundo lugar, porque esse tipo de estatística evolui constantemente. Nesta oportunidade aproveitamos a ocasião para apresentar uma análise sobre o desempenho de nossa Balança Comercial para todo o ano de 1977.

Antes de entrar no assunto propriamente dito, queremos explicar aos nossos leitores, mais uma vez, que o que vamos abordar aqui, embora também tenha uma relação directa com o movimento de divisas, não é a mesma coisa que a Balança de Pagamentos. A Balança Comercial refere-se somente à compra e venda de mercadorias ao estrangeiro. Já a Balança de Pagamentos, além do movimento comercial externo, engloba todos os outros movimentos em divisas, tais como o pagamento, ou recebimento, de fretes, juros de dívida, empréstimos, doações em dinheiro, remessas de emigrantes, etc.

### O ESTUDO DAS DOAÇÕES

Na Guiné-Bissau a Balança Comercial é a parte mais importante da Balança de Pagamentos, pois é a rubrica que movimentou a maior quantidade de divisas. Devido a essa característica é importante dimensionar, com a maior precisão possível, o quantitativo de dinheiro estrangeiro, sejam dólares ou qualquer outra moeda forte, movimentado pela nossa Balança Comercial, para depois se poder estudar com exactidão o conjunto de nossas contas externas.

Nas estatísticas que estamos a examinar estão registadas todas as importações realizadas, quer sejam importações comerciais, quer sejam doações sem dispêndio de divisas. Daí porque, como mais adiante se verá, para estabelecer a taxa de cobertura das importações

pelas exportações, será necessário estabelecer dois critérios diferentes, ou seja:

— **Taxa de cobertura do consumo real:** Esta taxa estabelece a relação entre as exportações totais e as importações totais. O seu estudo é necessário porque, através dele, sabemos o consumo real do país em produtos importados.

— **Taxa de cobertura do gasto real de divisas:** Esta taxa estabelece a relação entre o total das exportações e as importações menos as doações. Estas cifras são as que verdadeiramente interessam para o estudo da Balança de Pagamentos.

### AS NOSSAS IMPORTAÇÕES

O ANUÁRIO ESTATÍSTICO de 1977 contém uma análise histórica da Balança Comercial da Guiné-Bissau. Por ser bastante extensa, e por conter matéria especializada, que tem mais interesse para os economistas e estudiosos em geral, não a abordaremos aqui. Para este caso a nossa análise abrangerá somente os três anos completos vividos após a independência total da Guiné-Bissau, ou seja, 1975, 1976 e 1977. Com isto pretendemos oferecer aos nossos leitores uma ideia da evolução havida no nosso Comércio Externo, ao longo desses três anos.

Como já foi dito anteriormente, as nossas estatísticas da Balança Comercial são publicadas de acordo com critérios internacionais fixados pelas Nações Unidas e as mercadorias são agrupadas por grandes categorias económicas. Essas categorias, por sua vez, podem ser reagrupadas, formando categorias macro-económicas que são utilizadas no Sistema de Con-

tabilidade Nacional. Além disso, elas possibilitam um estudo claro e directo da estatura das importações.

A fim de não fatigar os leitores com uma grande quantidade de cifras, quantificaremos as nossas importações. Para os anos considerados, de acordo com as três categorias macro-económicas fundamentais,

PAISES	1975	1976	1977
Portugal ... ..	43,6%	45,4%	40%
URSS ... ..	16,4%	2,9%	7,7%
Bélgica-Luxemburgo ... ..	4,7%	0,2%	0,8%
França ... ..	2,6%	2,4%	6,7%
Itália ... ..	4,2%	5,2%	0,2%
TOTAL DA C.E.E. ... ..	15,2%	16,1%	19,3%
TOTAL DO COMECON ... ..	17,7%	5,9%	8,1%
TOTAL DA AFRICA ... ..	3,0%	5,2%	5%
TOTAL DA AMERICA ... ..	5,8%	0,8%	3,3%
TOTAL DA EUROPA ... ..	83,1%	78,5%	78,7%

a saber:

#### Notas

1 — Os Bens de Equipamento são indicativos da Formação Bruta do Capital Fixo. Em outras palavras, significam a compra de máquinas destinadas à produção.

2 — Os Bens Intermediários são, no geral, matérias primas. Na Guiné-Bissau, devido a certas peculiaridades da nossa economia, a principal rubrica dos bens intermediários é constituída por «Abastecimento para Artesanato, Indústria e Administração».

3 — Os Bens de Consumo, como o próprio nome indica, são bens finais destinados directamente ao consumo das famílias. Dividem-se, no geral, em Bens de Consumo duradouros, semi-duradouros e não duradouros.

4 — Para reagrupar as Grandes Categorias Económicas das importações nas categorias macro-económicas

cas acima relacionadas foi preciso considerar o problema dos bens de duplo uso, a saber:

- Combustíveis e Lubrificantes (Transformados);
- Veículos a motor para transporte de pessoas;

Por não haver um estudo completo sobre quais desses bens se destinam ao Consumo e quais os que podem ser considerados como Bens Intermediários ou de Equipamento, resolveu-se fazer uma aproximação inicial para cada tipo de uso, na base dos 50%. Assim, a metade dos Combustíveis foram considerados Bens Intermediários e a outra metade Bens de Consumo. Quanto aos veículos a motor para transporte de pessoas, a metade foi considerada como Bens de Equipamento e a outra me-

tade como Bens de Consumo. Estudos posteriores podem mostrar uma percentagem um pouco diferente da que agora foi usada como primeira aproximação.

Essa situação torna-se mais claramente compreensível se considerarmos que o combustível usado por uma família em seu passeio dominical é considerado um Bem de Consumo, enquanto que a gasolina usada pelo automóvel de uma indústria é considerada um Bem Intermediário (matéria prima). Em relação aos automóveis é a mesma coisa: um automóvel particular é considerado um Bem de Equipamento.

### A ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

O Anuário Estatístico para 1977 publica um estudo histórico sobre a origem e o destino do nosso Comércio externo, de 1961 até aos dias de hoje. Até a Independência Nacional, como é óbvio, Portugal foi o principal país comprador e vendedor. A partir de 1975 iniciou-se uma tentativa de diversificação, que assumiu algum significado em 1977 sem, no entanto, delinear ainda nenhuma tendência definitiva.

(Cont. no próximo número)

IMPORTAÇÕES	(CONTOS)		
	1975	1976	1977
DESIGNAÇÃO			
Bens de Equipamento ...	144 343	187 104	205 451
Bens Intermediários ... ..	235 913	388 170	427 387
Bens de Consumo ... ..	470 314	488 257	602 348
Não Especificados ... ..	113 956	42 791	—
TOTAL .....	964 526	1 106 321	1 235 186

Francisco Mendes no encerramento da ANP

Iniciamos hoje a publicação, em tradução do crioulo para português, do discurso pronunciado pelo camarada Comissário Principal Francisco Mendes, no encerramento da primeira sessão ordinária da Segunda Legislatura da Assembleia Nacional Popular. Nesta primeira parte, o camarada Francisco Mendes aborda questões relativas à elaboração dos estatutos orgânicos do Governo e das regiões, ao desenvolvimento regional, ao controle da saída de produtos, à exploração de hortas e granjas do Estado.

- Camarada Presidente em exercício da Assembleia Nacional Popular
- Camarada Presidente do Conselho de Estado
- Camaradas da Presidência da Segunda Legislatura da ANP
- Camaradas Deputados e dirigentes do Partido e do Estado
- Camaradas convidados:

Em primeiro lugar, queremos felicitar a camarada Carmen Pereira, Presidente em exercício desta sessão da Assembleia Nacional Popular, pela maneira como conduziu os trabalhos deste importante organismo da nossa nação. Em segundo lugar, queremos saudar a presença entre nós, de uma delegação da Assembleia Nacional Popular da República irmã de Cabo Verde, presença que traduz bem os laços de amizade e de fraternidade que unem os nossos dois órgãos máximos.

Queremos também felicitar o camarada Presidente do Conselho de Estado pelo seu relatório sobre o estado da Nação, no qual, não só falou da situação da nossa terra, nos seus diferentes aspectos, como também traçou as linhas gerais do seu desenvolvimento. Esse grande relatório constitui um exame crítico da situação do nosso Governo que, na nossa opinião, deve ser publicado pelos órgãos competentes e distribuído por todos os departamentos do Estado, onde deverá constituir material de estudo e discussão.

Queremos também saudar os deputados à Segunda Legislatura da Assembleia Na-

cional Popular, representantes do nosso povo heróico que, neste momento, são fiéis depositários da confiança das massas populares, através da ANP, e a exercer o poder que conquistámos, à custa de grandes sacrifícios. Neste momento, queremos render uma grande homenagem a todos os heróis e mártires que pagaram com o seu sangue a vida de liberdade que estamos a viver hoje.

É nosso dever render maior homenagem ao camarada Amílcar Cabral, fundador do nosso Partido e nossa nacionalidade. Ele é o obreiro de todas as conquistas que já fizemos, hoje, na nossa terra.

Camaradas Deputados

Estamos hoje empenhados na construção de uma Nação, construção que vamos a fazer pedra por pedra, pouco a pouco. E a Nação que queremos construir, só é possível com trabalho, a disciplina e a dedicação de todos os cidadãos desta terra. Nós herdámos uma série de leis do sistema colonial que governa a nossa terra. Mas, quando tomamos conta da realidade, declaramos abertamente que, continuarmos a aplicar as leis do sistema colonial que não estiverem contra os interesses da berania do nosso povo.

Estamos conscientes que, para se governar um país, é preciso haver um ponto de referência que deverá trazer todos os caminhos para que os interesses de todos os cidadãos



# A ELABORAÇÃO DOS ESTATUTOS ORGÂNICOS DO GOVERNO CENTRAL E DAS REGIÕES CONSTITUI UMA NECESSIDADE PREMENTE

coordenados e dirigidos num só sentido. Aqui, através da Assembleia Nacional Popular, estamos a fazer leis a todos os níveis, de acordo com as necessidades do nosso desenvolvimento e tendo também em conta as experiências que vivemos em cada dia.

## ESTATUTOS ORGÂNICOS

Temos uma necessidade premente de elaborar leis de um estatuto orgânico do nosso Governo. Sabemos que, até aqui, vários departamentos do nosso Estado não têm ainda competências bem definidas. Isso mostra que, no próprio funcionamento do nosso Governo, ainda não há uma lei que atribua funções específicas a cada departamento.

As palavras de um deputado de Tombali mostraram claramente um problema idêntico: é o Comissariado de Comércio que está a fazer fábricas, quando as fábricas deviam ser feitas pelo Comissariado da Indústria. Elaborar um estatuto orgânico para os nossos departamentos de Estado é uma das nossas necessidades prementes actualmente.

Ao nível das regiões temos que fazer um estatuto orgânico a partir do qual estas possam estruturar o seu trabalho.

Esse documento foi submetido à reunião dos Presidentes dos Comités de Estado de todas as regiões do país, o ano passado. Era também nossa intenção submetê-lo à apreciação da Assembleia. Mas, até agora, esse estatuto não foi discutido em todas as regiões.

Pensamos que o estudo orgânico é muito importante porque só a partir dele podemos saber, em cada região, quais as pessoas que devem integrar no Comité de Estado da região, (porque, quando dizemos Comité de Estado da região, referimo-nos quase sempre ao Presidente ou ao responsável da segurança) ou o que é que o Comité de Estado da região ou do sector deve fazer, em colaboração com outras regiões ou sectores.

Portanto, estes dois documentos, o estatuto orgânico dos Comissariados e o das regiões, são documentos

muito importantes que o nosso Governo deve adoptar e submeter à apreciação do Conselho de Estado.

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Antes de passarmos para o problema das regiões, devemos saudar os Presidentes dos Comités de todas as regiões do país, principalmente os da região de Buba e do Tombali, respectivamente os camaradas Quemo Mané e Vasco Salvador Correia, pelos esforços consentidos nestes últimos tempos para o desenvolvimento das respectivas regiões.

Nós sabemos que os Presidentes que anteriormente trabalharam nelas não desenvolveram os esforços necessários para fazer arranjar estas regiões, as mais atrasadas da nossa terra, nesta fase de desenvolvimento.

Mas nós, pela experiência que possuíamos, dispensámos estes dois camaradas das funções que desempenhavam no Estado e destacámo-los para aquelas duas regiões. Hoje, felizmente, podemos constatar, aliás como todos os deputados puderam constatar, que eles estão ao nível das suas responsabilidades.

Saudamos também todos os Presidentes dos Comités de Estado das restantes regiões pelo esforço que têm feito para o desenvolvimento das suas regiões.

Para o desenvolvimento de uma região há necessidade de uma colaboração estreita entre essa região e todos os organismos centrais do Estado. Assim vê-se que, para que uma região se desenvolva, é necessária uma colaboração estreita com a Agricultura, a Indústria e Energia, as Obras Públicas. Portanto, com todos os departamentos centrais do Estado.

Os Presidentes dos Comités de Estado, como representantes directos do Governo nas regiões, devem ver todos os problemas existentes nelas para poderem entrar em contacto com o Governo e directamente com o Comissariado competente.

Existe um grande problema, que é o da construção ou reparação de edifícios

nas regiões: Reparação de escolas, postos sanitários e de muitas outras coisas. Mas nós pensamos que — aliás, este assunto foi discutido na última reunião de Presidentes de Comités de Estado — as pequenas reparações a serem feitas, nas regiões ou nos sectores, por todos os departamentos, da Agricultura, da Saúde, da Educação, devem ser confiadas aos organismos de Estado locais. — Porque é muito difícil para um organismo central tratar da reparação de um posto sanitário ou de uma escola localizadas nessas áreas.

Isso por um lado implica o problema do orçamento, que é uma questão delicada. Mas cada Comissariado, cada departamento de Estado tem uma pequena reserva destinada a reparações. Portanto, recomendamos aos chefes desses departamentos e Comissariados que ponham essas verbas à disposição dos Presidentes dos Comités de Estado de região ou de sector para estes poderem executar essa obra. Além disso, lançamos um apelo aos Presidentes dos Comités de Estado para que tomem a cargo o problema de pequenas reparações nessas localidades.

Entretanto, existem também problemas de transportes nas regiões e principalmente nos sectores, onde não existe mesmo transporte para o Presidente do sector. É difícil governar um sector, se o seu Presidente se desloca para um determinado lugar de bicicleta ou a pé. É um problema que preocupa muito o nosso Governo. Nós fizemos uma vez a tentativa de mandar importar carros, mas, na altura, tínhamos algumas dificuldades. Aliás, temos esse problema mesmo agora. Trata-se do problema cambial, quer dizer, na compra de coisas no estrangeiro com divisas. Mas temos esperança de que, com a nossa pequena fábrica de montagem de carros, esse problema será solucionado.

Há também um problema específico na região de Cacheu, que é o da elaboração de um plano urbanístico dos sectores de Cacheu e Cantchungo, indispensável para que os nossos emigrantes no estrangeiro possam realizar algumas obras de

construção. Sendo um problema que já se arrastava havia muito tempo, pedimos ao Comissário de Estado das Obras Públicas para o estudar.

## CONTROLE DE SAÍDA DE PRODUTOS

Existe ainda a questão do controle dos nossos produtos naturais nas regiões e nos sectores para impedir que saiam ilegalmente do país. Isso foi muito discutido aqui na Assembleia. Mas é preciso que discutamos ainda mais essa questão para que fique bem claro. Se o nosso Governo fez uma lei que proíbe a saída ilegal de produtos para o exterior, é porque, quando esses produtos saem, não há nenhuma compensação em divisas.

Não foi nunca o nosso interesse produzirmos óleo, conote ou qualquer outro produto, para o exportar como trabalho do nosso povo, saindo esse produto só em benefício da pessoa que o comprou aqui. Por isso, o nosso Governo fez lei segundo a que todos os produtos que saem da nossa terra, devem corresponder a uma compensação em divisas.

Além disso, para se poder controlar melhor as pessoas que exportam ilegalmente os nossos produtos, o nosso Governo, em colaboração com o Comissariado de Comércio, fez um decreto de legalização dos comerciantes ambulantes (djilas). Todos os djilas que vivem no país e que queiram ter uma situação legal, devem ter os seus cartões de comerciantes. Mas só podem comprar qualquer coisa para vender no exterior uma vez que tenham normalizado a sua situação, como quaisquer outros comerciantes. Porque qualquer comerciante que queira importar ou exportar vai ao Banco para obter a garantia de exportação ou importação, vai ao Comércio pedir a autorização normal de saída para os seus produtos, vai à Alfândega para que se faça o controle se de facto leva aquilo que foi autorizado.

É por isso que os djilas que possuem cartão de identidade de comerciante, des-

de que tenham a sua situação legalizada e os documentos de importador ou exportador, têm o direito de sair com os nossos produtos naturais.

Fazemos um apelo aos Presidentes dos Comités de Estado das regiões para que compreendam este problema. Porque não há nenhuma diferença entre uma pessoa que se encontra no Senegal ou na Gâmbia e entra em contacto com o nosso Governo através de qualquer meio de comunicação, para importar para um daqueles países azeite de palma ou qualquer produto, e um djila que queira exportar qualquer produto e que, para isso, tenha ido ao Banco e ao Comércio Externo tratar da legalização dessa exportação. A única diferença é que, num dos casos, a pessoa que importa não acompanha o seu produto e, no outro, acompanha.

No mesmo diploma, dizia-se que a única entidade que pode exportar óleo de palma na nossa terra é o Governo, através do Comércio. No entanto, foi aberta, aos Presidentes dos Comités de Estado, a possibilidade de passar esse documento de autorização a qualquer djila que esteja na legalidade e queira exportar.

Mas queremos chamar a atenção, na presença dos camaradas, para um facto de que nos lembramos. Nos tempos da luta de libertação nacional, havia o problema de tráfico de vacas. Mesmo o camarada Secretário Geral, Amílcar Cabral, teve de intervir várias vezes contra os comandantes e comissários políticos que praticavam esse acto. Temos que tomar medidas para pôr termo ao tráfico de óleo de palma, evitando o perigo que se verificou no tempo da luta, quanto ao problema de tráfico de vacas.

Queremos também dizer aos camaradas da Segurança, guardas de fronteiras, Presidentes dos Comités de Estado, que, quando qualquer comerciante estiver devidamente documentado não tenham nenhum problema em o deixar passar. Porque, em contrapartida, pomos o nosso Governo numa situação embaraçosa. Na medida em que, enquanto o nosso Governo publica nos documentos oficiais que todos

os comerciantes com a situação legalizada, documentados, com os seus alvarás em dia, estão autorizados a sair com os produtos, infelizmente, quando chegam à fronteira, alguns guardas obrigam-nos a voltar para trás. É um choque que nós queremos evitar.

Queremos dizer aos camaradas Presidentes de Comités que devem evitar, por todos os meios possíveis, a exportação de óleo de palma para fazer face a qualquer necessidade regional. Se tivermos necessidade de comprar uma peça ou qualquer outro artigo na Gâmbia ou no Senegal, devemos comunicar ao nosso Governo, que providenciará junto do Banco no sentido de arranjar as divisas necessárias a esta operação. Mas que não sejam os próprios presidentes de Comité de Estado da Região a fazer uma combinação com os djilas, para levar mercadorias para fora, pois mesmo que seja um acto legal, nós podemos duvidar.

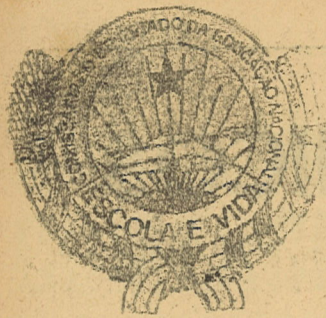
## GRANJAS E HORTAS

Há um outro problema que queremos levantar e que já foi discutido, desde o ano passado, no conselho económico que se realizou em Bubaque. Trata-se do problema da gestão das granjas de Estado existentes nas regiões pelos Comités de Estado respectivos. Entendemos que a agricultura não deve preocupar-se com problemas deste tipo nas regiões. Mas nós pensamos que essas granjas não dão o rendimento necessário para empregar um grande número de pessoas. Portanto, essas hortas devem ficar sob gestão do Presidente de Estado da Região e, claro, com a assistência técnica da Agricultura, pois pensamos que terá o maior rendimento, até porque as pessoas que ali trabalham passam a receber conforme os lucros.

Por isso lançamos mais uma vez um apelo aos camaradas da Agricultura no sentido de levarem por diante esta decisão que foi tomada no Conselho Económico.

(Continua na página 8)





# ano de implantação de estruturas

Vencer a batalha da formação de quadros, garantir os quadros necessários para o desenvolvimento da nossa terra é uma das coisas mais importantes de acção e do Programa do nosso Partido

A. CABRAL

## Uma nova pedagogia do ensino do português em Cabo Verde

Um erro fundamental que vimos cometendo é o de ensinar o português às crianças caboverdianas da mesma maneira que os professores portugueses ensinavam essa língua há anos atrás às crianças portuguesas.

O português não é a língua materna dos caboverdianos. E cada vez se torna mais difícil ensiná-lo como tal, pelas razões seguintes:

1.º — Hoje em dia, por motivos vários dos quais ressalta um certo orgulho nacional, o português é uma língua muito pouco utilizada em Cabo Verde nas rela-

ções extra-oficiais. Portanto, as crianças que começam a estudar esta língua raramente a ouvem fora da escola.

2.º — Com a exploração escolar dos últimos anos, mais de 90% das crianças são oriundas de meios onde não se utiliza o português; vão ouvi-lo pela primeira vez na escola.

Agora vejamos: Sendo o português a nossa língua oficial, é claro que não o podemos aprender como uma segunda língua, como aprendemos o francês ou inglês, por exemplo. Temos de o aprender de tal modo que o possamos utili-

zar como se fosse a nossa língua materna. Por isso, o ideal seria que as nossas crianças comessem a aprender o português por volta dos três ou quatro anos, na idade do Jardim de Infância. Nessa idade poderiam aprendê-lo com o aprenderam o crioulo um ou dois anos antes: como a língua materna.

Não sendo possível aprender o português na idade do Jardim de Infância, seria desejável que as nossas crianças entrassem para a escola primária conhecendo, pelo menos, os rudimentos da língua oral, o que se faria no ensino pré-

primário, por volta dos cinco ou seis anos. É uma idade em que as crianças ainda assimilam com extrema facilidade uma língua desconhecida ou pouco conhecida.

Acontece, porém que, nas condições actuais, a escolaridade tem início por volta dos sete anos. Nessa idade, a competência linguística da criança portuguesa permite-lhe estar já de posse de um número infinito de frases que nela aplica a situações diversas. A mesma competência linguística que possui uma criança caboverdiana em relação ao crioulo.

## A Educação na Guiné-Bissau

A Educação é portanto hoje orientada na República da Guiné-Bissau pelo Comissariado de Estado da Educação Nacional, continuador das tradições do Partido nesta matéria. Porém, é preciso que todos compreendam que, embora orientada por um departamento especializado do Estado, a educação é tarefa de toda a sociedade.

A família, especialmente, deve assumir

a responsabilidade de preparar as crianças para a entrada na escola, continuando depois a colaborar com esta, o que é condição *sine qua non* para o desenvolvimento harmonioso e contínuo das crianças e adolescentes. Por seu lado, os trabalhadores da nossa terra, tanto intelectuais como manuais, deverão ser um exemplo constante e fecundo para os nossos jovens,

através do seu trabalho dirigido para o bem estar de toda a sociedade, da sua disciplina revolucionária, da sua luta pela inovação do seu espírito de camaradagem e de sacrifício.

A Educação na nossa nova sociedade deverá ter um conteúdo e uma forma inteiramente conformes às opções e princípios traçados pelo PAIGC, e orientar-se-á no sentido de se atingir com as novas gerações os seguintes objectivos principais:

- \* Capacitar os educandos para levarem à prática os princípios do Partido na sua conduta quotidiana.
- \* Ter uma formação baseada numa concepção científica do mundo.
- \* Desenvolver plenamente as capacidades intelectuais, físicas e morais do indivíduo e da colectividade.
- \* Fomentar elevados sentimentos humanos e gostos estéticos.

## Registo

### Resposta depressa e bem

Resposta depressa e bem, é um concurso que está a decorrer desde o passado dia 23 de Abril e que conta com a participação das escolas do 2.º Ciclo de Ensino Básico do Sector Autónomo de Bissau.

Este concurso, que é mais uma iniciativa da Escola III Congresso, realiza-se todos os domingos de manhã no salão de festas da UDIB e tem como objectivo primordial — apoiar todo o trabalho feito por alunos e professores na escola e incentivar o estudo colectivo.

O entusiasmo que está a despertar no seio de todos os alunos e professores das escolas participantes e o benefício que dele se tem vindo a tirar, leva-nos a pensar que, no próximo ano, teremos que organizar outros concursos do género, a nível de todas as escolas do 2.º Ciclo do Ensino Básico do País.

Este concurso, de acordo com o seu próprio nome, consiste no seguinte:

Um aluno tem um minuto para responder a uma determinada pergunta, que pode ser de Matemática, Física e Química, Biologia, Desporto, Ciências Sociais ou Actuauidades Nacionais. Um júri previamente constituído deve classificar a resposta de certa, incompleta ou errada. Em cada sessão, defrontar-se-ão duas escolas, com seis alunos cada uma, e no fim, ver-se-á qual das duas obteve o maior número de pontos.

Como dissemos, este concurso «Resposta depressa e bem» é uma iniciativa da Escola III Congresso e tem o patrocínio da Organização de Pioneiros Abel Djassi e da CICER.

Queríamos aqui salientar o apoio que a nossa Organização de Pioneiros deu a este concurso, oferecendo à escola vencedora, quatro lugares para cada uma das delegações desta organização, que anualmente se deslocam para campos de férias internacionais em Cuba, URSS, RDA e Checoslováquia e também bastante material desportivo. A Cícer oferece também em cada sessão uma caixa de latas de refrigerantes para os participantes e público que responde mais prontamente.

## NÓ Pintcha

Trissemanário do Comissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados.  
Serviço Informativo das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP, Prensa Latina, APN e Nova China.  
Redacção, Administração e Oficinas — Avenida do Brasil — Telef.: Redacção 3713/3728 — Administração e Publicidade, 3726.  
Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:

Um ano ..... 700,00 P.G.  
Seis meses ..... 450,00 P.G.  
Assinatura (Via Aérea) África, Europa e América:  
Um ano ..... 800,00 P.G.  
Seis meses ..... 550,00 P.G.  
Caixa Postal, 154 — BISSAU-GUINÉ-BISSAU

## Farmácias

HOJE «Farmácia Moderna» — Rua 12 de Setembro, telefone 2702.

AMANHÃ — «Farmácia Central» — Rua Vitorino Costa telefone 2453.

## Cinema

HOJE — Matiné — «Branca de Neve» Às 18,30

SOIARÉ — «Processo Arquivado» M/18 anos Às 20,45.

## Telefones

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2867.  
Bombeiros Voluntários — 2222.  
POLICIA; 1.ª Esquadra 3888 — 2.ª Esquadra — 3444.  
CORREIOS; — Informação 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 2707 — Air Argelie 3775/7.

Chegadas e partidas de navios — 2922/5.  
COMPANHIA DE ELECTRICIDADE E AGUAS  
Gabinete do Director e Serviços Administrativos — Telefone 2411;  
Brigada da Assistência aos Consumidores — Telefone 2414 (7 à 1h).



NAÇÕES UNIDAS

## Desarmamento na ordem do dia

NAÇÕES UNIDAS (N. Y.) — Pela primeira vez desde o fim da segunda guerra mundial, e quando as despesas militares de toda a natureza atingem, actualmente, para o conjunto do planeta, uma cifra de um bilião de dólares por dia, uma sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas debruça-se sobre o problema do desarmamento.

A reunião é resultado de um longo caminho iniciado em 1961, por ocasião da primeira cimeira de países não-alinhados, reunidos em Belgrado. Após isso, o progresso e os riscos da proliferação nuclear, o aumento da venda de armas convencionais, a transformação de regiões do globo particularmente «quentes» em autênticos arsenais, contribuíram para sensibilizar

os países membros da ONU, e para reduzir as prevenções que logo à partida se opunham, por todas as espécies de razões, à convocação de uma conferência mundial do desarmamento ou uma sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Os trabalhos irão durar cinco semanas e serão marcados, nomeadamente, por um debate geral que começou ontem de manhã, e que deverá terminar a 9 de Junho. No termo desta maratona, que levará a Nova York pelo menos 20 chefes de Estado e de governo, quatro vice-presidentes e cerca de cinquenta ministros dos Negócios Estrangeiros, a Assembleia Geral das Nações Unidas deverá adoptar uma «Declaração» e um «Programa de Acção» sobre o desarmamento. (FP)

## Greve geral no Perú Governo impõe recolher obrigatório

LIMA — O Governo peruano decretou o recolher obrigatório, em consequência da situação criada no país pela greve geral nacional iniciada na terça-feira.

Dezoito pessoas morreram desde o início dos incidentes, na semana passada. Prossegue, entretanto, a greve de 48 horas (iniciais), decidida pela quase totalidade das organizações sindicais peruanas.

Segundo a agência nacional de Imprensa, a greve, decretada como protesto contra aumentos de preços na ordem dos 60 por cento, na semana passada, foi marcada por diversos incidentes. Na capital, vários veículos foram incendiados, enquanto em Huancavélica, a 500 quilómetros de Lima, se verificaram ataques a di-

namite contra a prisão local, a estação de caminhos de ferro e alguns edifícios públicos. Naquela cidade, teriam morrido duas pessoas.

Um recolher obrigatório, considerada a mais severa medida dentro do regime de estado de sítio vigente no Perú, foi implantado em Lima e Puerto de Callao. Esta medida, decidida pelo comando conjunto político-militar, proíbe o trânsito de peões e veículos entre a meia-noite e as cinco horas. Aquele comando considera que as reivindicações dos grevistas ultrapassam o quadro do trabalho, pelo que declarou a greve ilegal e intimidou os trabalhadores a retomarem imediatamente o trabalho.

Esta não é, no entanto, a opinião dos sindicatos. A CGTP — Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos — indicou num comunicado que, se o Governo de Morales Bermudez não aceitar as suas condições, a greve prolongar-se-á indefinidamente. As exigências da CGTP — a maior central sindical peruana — centram-se no levantamento das medidas económicas decretadas no passado dia 15 e a readmissão de trabalhadores despedidos e o regresso à normalidade democrática. Por sua vez, a CTP (Confederação dos Trabalhadores Peruanos) entra em greve como acto de solidariedade para com os familiares «dos que caíram durante os tristes acontecimentos dos últimos dias».

SEKOU TOURE NO BENIN

COTONOU — O chefe de Estado guineense, presidente Ahmed Sekou Touré, esperado esta manhã em Cotonou para uma «visita de amizade». Será acompanhado de uma importante delegação do Partido e do Governo.

O Comité Central do Partido da Revolução Popular do Benin lançou na terça-feira um apelo, radiodifundido, ao povo beninense, pedindo-lhe para reservar «um acolhimento dos mais calorosos e militantes ao responsável supremo da revolução guineense» (FP)

ACORDO DE MAIORIA

MADRID — Santiago Carrillo, secretário geral do Partido Comunista Espanhol (P.C.E.), propôs ontem, em Madrid, que seja brevemente concluído um «acordo de maioria» entre os três grandes partidos políticos do país.

Este acordo deverá reunir, por um período de «dois a três anos», a União do Centro Democrático

(U.C.D.) partido do presidente Adolfo Suarez), o Partido Socialista Operário Espanhol (P.S.O.E.) e o P.C.E.. Alguns partidos bascos e catalães poderiam aliar-se a esta maioria, segundo afirmou Santiago Carrillo, (que) formulou estas propostas numa reunião dos quadros do seu partido.

Santiago Carrillo, justificou implicitamente a sua proposta pelo facto de terminar, em 31 de Dezembro deste ano, o prazo dos acordos de Moncloa, assinados em Outubro último por todos os partidos parlamentares. Mas precisou em substância, o dirigente comunista — isso não significaria que os diversos partidos participantes na coligação ocupem responsabilidades ministeriais. (FP)

REUNIAO DO OPEP

VIENNA — A terceira conferência de ministros das Finanças dos países da OPEP começou na terça-feira em Viena, na sede da Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

Nenhuma ordem do dia foi tornada pública. Os observadores estimam contudo que as consequências da desvalorização do dólar sobre os proventos dos países membros, bem como a ajuda aos países em desenvolvimento pelo «Fundo especial» da OPEP são as principais questões a serem debatidas pelos ministros. (FP)

Nigéria

## Estudantes desmentem conluio com Africa do Sul

### ★ As aulas boicotadas

LAGOS — Os estudantes da Universidade de Lagos desmentiram informações segundo as quais a União Nacional dos Estudantes Nigerianos (NUNS), que está interdita, ou a organização que a substitui, a Organização Nacional de Estudantes Nigerianos (NONS), receberam uma ajuda financeira da África do Sul, soube-se na terça-feira em Lagos.

Uma declaração do responsável das Relações Pú-

blicas da União dos Estudantes da Universidade, Nsima Akpan, que era citado na terça-feira pelo jornal oficial nigeriano «Herald», afirma que tal insinuação é uma «tentativa diabólica para desacreditar os estudantes aos olhos da Juventude progressista mundial». «O fantasma da África do Sul não anda junto aos 6500 estudantes da Universidade de Lagos», acrescenta a declaração.

A NONS ameaçou, por

outro lado, utilizar todos os meios para libertar os líderes estudantes e os professores que ainda se encontram detidos se estes não forem soltos até 30 de Maio. Entre as pessoas presas encontra-se o presidente da antiga organização estudantil, a NUNS, Segun Okeowo. Os estudantes de Lagos e de outras Universidades informaram ainda que prosseguirão o boicote das aulas enquanto os detidos não forem libertados. — (FP)

## Samora Machel visita a China

PEQUIM — O presidente Samora Machel, de Moçambique, chegará esta tarde a Pequim para uma visita oficial à China Popular, anunciou-se oficialmente na capital chinesa.

Samora Machel visitará a China na qualidade de chefe de Estado de Moçambique e de presidente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo).

Os dirigentes chineses reafirmarão ao presidente Machel o seu apoio aos movi-

mentos de libertação africanos que lutam contra os regimes racistas rodesiano e sul-africano.

As conversações abordarão igualmente a cooperação científica e técnica e sobre a ajuda chinesa a Moçambique. Em Setembro passado, o ministro moçambicano do Desenvolvimento e da Planificação Económica, Marcelino dos Santos, assinara um acordo de cooperação económica e técnica com a China. — (FP)

### ● 100 pessoas morrem de calor

NOVA DELI — Uma intensa vaga de calor, atingindo 44 a 47 graus centígrados, provocou a morte de mais de cem pessoas, no Norte e Centro da Índia. Várias dezenas de pessoas, segundo as primeiras estimativas, teriam também sucumbido na noite de segunda para terça-feira no incêndio de uma povoação de 10 mil habitantes no Andhara Pradesh, provocado pela vaga de calor.

### ● Cimeira sírio-libanesa

DAMASCO — Uma cimeira sírio-libanesa entre os presidentes Elias Sarkis do Líbano, e Hafez Al Assad da Síria, terá lugar na próxima semana, em Damasco, anunciou Abdel Halim Khaddam, vice-primeiro ministro e ministro sírio dos Negócios Estrangeiros. A situação no Líbano, a questão da presença palestina, a missão da «Finul» no Sul libanês, estarão no centro daquelas conversações, soube-se de fonte bem informada em Damasco. (FP)

## Presidente Sadate contra a esquerda egípcia

CAIRO — O Egipto tornou-se, a partir de ontem, palco de uma campanha sem precedentes, sistemática e legalizada, contra a esquerda, segundo pensam os observadores no Cairo, depois da aprovação dos seis princípios do referendo destinado a «preservar a unidade nacional e a paz social».

As primeiras vítimas deste referendo vão ser os 150 mil aderentes do «Agrupamento Progressista Unionista» que representam no Parlamento quatro deputados e que é dirigido por um antigo oficial, Khaled Mohiebdine. De facto, segundo a France Press, o chefe de

Estado egípcio criticou violentamente, na terça-feira, a esquerda egípcia anunciando que a «depuração no Egipto será levada a cabo com a vontade popular».

Aquela agência, citando o presidente egípcio afirma que não se tratará unicamente de excluir os comunistas das funções públicas, mas também do sector industrial, dos sindicatos e da Imprensa. A campanha vai estender-se a todos os órgãos de Informação e a todos os postos, cujos titulares possam influenciar a opinião pública, o que não exclui o cinema, o ensino na universidade e nas escolas.

As autoridades tencionam proibir o partido de Mohiebdine.

Entretanto, os estudantes enviam telegramas ao presidente Sadate pedindo-lhe que restabeleça a «guarda universitária» nas cidades universitárias para os «proteger» dos grupos extremistas. Segundo um seminário do Cairo, o extremismo «religioso» começa a tomar proporções inquietantes nas universidades. Os quotidianos caiotas afirmam que a confraria religiosa denominada «Irmãos Muçulmanos» recorre agora à força para impôr as suas ideias.



**Africa Austral**

**"Estados negros" substituem os bantustões**

CABO — Uma nova lei adoptada ontem no parlamento sul-africano estipula que o termo «bantu» será doravante substituído pelo termo «negro».

No início do ano, o «ministério da administração bantu» tinha já sido baptizado como «ministério das relações rurais e do desenvolvimento».

A nova lei precisa que as oito zonas tribais africanas actuais (bantustões) serão oficialmente chamados de Estados negros e não de bantustões.

Uma outra lei apresentada também ontem ao parlamento, propõe como delito qualquer referência às actividades do gabinete da segurança de Estado (B.O.S.S.), serviços secretos sul-africanos. Qualquer trans-

gressão a esta lei será passível de uma pena que pode elevar-se a 5.750 dólares americanos.

Os textos da lei que rege o funcionamento do BOSS, introduzida ontem no parlamento, prevê igualmente penas de 15 anos de prisão e 5.750 dólares de multa para qualquer pessoa que pe- netre ilegalmente nos escritórios do BOSS. (FP)

**Cimeira Franco-Africana**

(Continuação da 1.ª página)

agressão exterior, o chefe de Estado das Seychelles dizia-se preocupado pela segurança no Oceano Índico onde, afirmou, as «grandes potências» fazem obstáculo à instauração de uma zona de paz.

**À MARGEM DA CONFERÊNCIA...**

Oliver Stirn, secretário de Estado francês dos Negócios Estrangeiros, recebeu sucessivamente na manhã de terça-feira, Vasco Cabral, Comissário de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação da Guiné-Bissau, David Almada, ministro da Justiça de Cabo Verde, e Maria Amorim, embaixador de São Tomé e Príncipe em Lisboa, chefes das delegações daqueles três países à Conferência.

No decurso destas conversações indicou-se de fonte francesa autorizada, os problemas da cooperação entre a França e estes três países foram evocados.

Entretanto, a Associação dos amigos da República Árabe Saharaui Democrática indicou, num comunicado enviado na manhã de terça-feira à imprensa, que endereçara a cada um dos chefes de Estado africanos presentes à Conferência Franco-Africana uma carta apelando para que estes protestassem contra os bombardeamentos levados a cabo por aviões franceses no Sahará Ocidental.

Nesta carta, indica o comunicado, a Associação salienta que «os bombardeamentos efectuados no início deste mês pelos «Jaguar» franceses se registaram mesmo no centro do Sahará Ocidental» e que nenhum «acordo de cooperação pode ser invocado para justificar estes bombardeamentos».

A Associação acrescenta que nenhum acordo militar franco-marroquino, «permitindo ao governo francês proceder a actos de guerra contra o povo sahraoui, recebeu algum dia o con-

sentimento dos eleitos do povo francês».

Ela pede em consequência aos chefes de Estado africanos, reunidos em Paris, que se ergam «com vigor contra os bombardeamentos franceses no Sahará» e «apoie a luta do povo sahraoui pela sua libertação e a sua independência».

A par disso, o ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, Marcelino Oreja Aguirre, fez na segunda-feira uma breve visita a Paris para aí se avistar com personalidades africanas que naquele momento se encontravam na capital francesa para a cimeira.

Segundo as informações provenientes de Madrid, Oreja propunha-se explicar a políctia espanhola nas Canárias. A embaixada de Espanha em Paris recusou-se a precisar qual foi o assunto das conversações de Oreja e que personalidades africanas foram por ele contactadas. (FP)

**Francisco Mendes**

(Continuação das Centrais)

Há o problema da horta de Bolama, à volta da qual se levantaram muitas questões. Primeiro, os camaradas das Forças Armadas, no quadro da desmobilização, enviaram para lá um grupo de cerca de 80 homens, em regime de cooperativa. Mas depois a experiência não resultou e o Presidente do Comité de Estado da Região comunicou-nos que isso não resultava porque a horta é muito grande para o número de trabalhadores que ali se encontravam. E nós insistimos várias vezes para que as coisas passassem para o controle directo do Comité de Estado da Região, enquanto os camaradas dos Antigos Combatentes insistiam para que a horta ficasse sob o seu controlo, apesar de nós sabermos de antemão que ela é tão grande que não é possível só a um grupo de pessoas orientá-la.

E, hoje, verificamos que essas pessoas não manifestam interesse em continuarem ali. Portanto, nós pensamos que é necessário que aquela horta passe para

o controle do Comité de Estado da Região.

No sector de Bolama, mas sobretudo na ilha de Bolama propriamente dita, há várias hortas que se encontram actualmente abandonadas. Esses camaradas combatentes desmobilizados, que se encontram na horta grande da Antiga Gouvea, podem passar para uma horta mais pequena, que poderão controlar com as suas forças, deixando a outra maior sob o controle do Comité de Estado da Região. Porque podemos dizer que essa horta é a de maior expressão económica que existe em Bolama. Portanto é um perigo deixar aquela horta abandonada. Causa mesmo pena, porque quase todas as famílias que se encontram em Bolama poderiam viver dela. Por isso, não podemos deixar um bem desses, que custou o trabalho de muitos homens durante anos e anos para ser o que é hoje, deixando-o ao abandono ou mesmo tempo correndo o perigo de qualquer incêndio.

(Conti. no próximo número)

**Policlínica da UNTG**

(Continuação da 1.ª página)

veis da CUP, o edifício ocupará uma área de cerca de 700 metros quadrados. Devido a humidade do local onde será construído o centro, a construção será feita sobre uma base de betão armado, que deverá demorar 45 dias a construir. Por outro lado, a montagem dos painéis pré-fabricados durará dois meses e meio.

Recorde-se no entanto, que o material

de construção e o equipamento para esta policlínica foram oferecidos recentemente pela Confederação dos Sindicatos Jugoslávicos. Esta mesma Confederação presta já várias ajudas à Guiné-Bissau, durante a luta de libertação nacional, nomeadamente no que se refere à construção da policlínica instalada em Boké, onde eram tratados os combatentes da liberdade da Pátria e a população.

**ULTIMAS NOTICIAS**

ETEKI M'BOUMOUA

**ADDIS-ABEBA —** A libertação total da África e a auto-suficiência económica para os seus habitantes continuam sendo os dois objectivos prioritários da OUA, afirmou ontem William Eteki M'Boumoua, secretário-geral desta organização.

Este último predisse uma «vitória certa» dos combatentes da liberdade na Namíbia e no Zimbábwe, apesar das manobras dos «racistas da África do Sul e da Rodésia».

No que respeita a economia, Eteki afirmou que os africanos poderão organizar e controlar muito melhor os seus meios de produção e os seus mercados se optarem pela auto-suficiência. (FP)

**AJUDA AOS REFUGIADOS**

**WASHINGTON —** O presidente Jimmy Cartel autorizou na terça-feira passada, o emprego de 750 mil dólares na ajuda aos refugiados na Somália e no Djibuti, anunciou a Casa Branca.

Esta ajuda transitará pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e por diversas outras agências internacionais, precisou o presidente num documento enviado ao Departamento de Estado.

Por outro lado, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) anunciou ontem o montante da ajuda que pretende dar às vítimas do conflito no Shaba. (FP)

**Há 15 anos foi criada a OUA**

(Cont. da pág. 1)

unidade anti-imperialista e anti-colonialista, os africanos rendem homenagem aqueles que deram as suas vidas na luta pela libertação. Foram africanos de diferentes nacionalidades, mas sabe-se bem que a vida destes heróis indicou a milhões o caminho da liberdade.

Foram Patrice Lumumba, Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral, Acrahal Fischer, Kwame N'Krumah, Jason Moyo etc. Diferentes foram os caminhos por que chegaram à revolução nacional, mas unia-os, assim como a muitos outros heróis de África, o amor ao povo e o

grande ódio aos opressores que condenaram todo o nosso continente à escravidão colonial.

25 de Maio: Dia da Libertação de África. Por isso, será uma jornada de solidariedade para com os povos irmãos da Namíbia, Zimbábwe, África do Sul, Sahará Ocidental, para com todos os povos oprimidos do nosso continente que lutam contra a exploração do homem pelo homem e pela sua total liberdade e independência.

Como dizia ainda o camarada Luiz Cabral, «desde que alcançamos a nossa independência total, temos procurado ser uma presença activa no seio da OUA, no

desejo de a consolidarmos, de fazermos com que cumpra o seu objectivo — a realização da unidade africana.»

Entretanto, por ocasião da Fundação da OUA, o camarada Luiz Cabral, Secretário-Geral Adjunto do P.A.I.G.C. e Presidente do Conselho de Estado recebeu uma mensagem de felicitações do Conselho de Estado da República Democrática Alemã. «Os Estados e povos africanos unidos na OUA alcançaram apoios de todas as forças progressistas e anti-imperialista, no mundo. Desejamos-lhe sucessos históricos na luta pela liberdade, independên-

cia e progresso social. A sua contribuição para a manutenção e consolidação da paz internacional e da segurança dos povos aumenta ano a ano». — precisa a mensagem.

Após ter salientado a importância deste dia para a libertação de todos os povos oprimidos, a mensagem frisa a disposição da República Democrática Alemã de consolidar e avançar as relações com todos os Estados membros da OUA de vantagem recíproca e no espírito de amizade sincera e confiança mútua. Por outro lado, Leonid Brejnev, Secretário-Geral do PCUS e Presidente do Conselho de Estado da URSS, enviou

saudações aos estados e povos da África por ocasião da celebração desta data.

25 de Maio: data importante também na história da heróica luta travada pelo nosso povo, sob a direcção do PAIGC! Há quatro anos, em Londres, iniciavam-se as conversações entre uma delegação do nosso Partido e uma representação do Governo português. Apenas um mês após a derrota do fascismo em Portugal, o caminho da paz estava aberto e conduziria à assinatura dos Acordos de Argel, em 26 de Agosto de 1974.

25 de Maio: passa ainda o quinto aniversário de

uma jornada gloriosa da nossa luta armada de libertação nacional: a tomada do campo fortificado de Guiledje, então nas mãos dos colonialistas portugueses. Esta operação, levada a cabo pelas nossas FARP, culminou a operação «Amílcar Cabral» e demonstrou a capacidade do nosso exército, equipado com armas modernas, de enfrentar com êxito os invasores estrangeiros, numa guerra convencional.

25 de Maio: 15.º aniversário da fundação da OUA, quarto aniversário do início das conversações PAIGC-Governo português, quinto aniversário da tomada de Guiledje.